

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	29
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100.000
Preferenciais	11
Total	100.011
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.710	2.647
1.01	Ativo Circulante	596	2.073
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	287	2.016
1.01.03	Contas a Receber	75	1
1.01.03.01	Clientes	57	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18	1
1.01.03.02.01	Sócios, Administradores e Pessoas Ligadas	18	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	61	21
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61	21
1.01.07	Despesas Antecipadas	169	35
1.01.07.02	Despesas Reembolsáveis	166	32
1.01.07.03	Despesas Antecipadas	3	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4	0
1.01.08.03	Outros	4	0
1.01.08.03.01	Outros Créditos	4	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.114	574
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	64	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64	0
1.02.03	Imobilizado	1.002	521
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.002	521
1.02.04	Intangível	48	53
1.02.04.01	Intangíveis	48	53

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.710	2.647
2.01	Passivo Circulante	504	442
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	57	12
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57	12
2.01.03	Obrigações Fiscais	20	133
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6	105
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	99
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	6	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14	28
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	398	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	398	0
2.01.05	Outras Obrigações	28	296
2.01.05.02	Outros	28	296
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	296
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	28	0
2.02	Passivo Não Circulante	66	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	66	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	66	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.140	2.205
2.03.01	Capital Social Realizado	1.200	1.200
2.03.04	Reservas de Lucros	65	1.005
2.03.04.01	Reserva Legal	65	65
2.03.04.10	Reserva de Lucros	0	940
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-125	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	548	314
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232	-4
3.03	Resultado Bruto	316	310
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-498	-331
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-500	-331
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-341	-271
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-13	-19
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-146	-41
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-182	-21
3.06	Resultado Financeiro	-7	2
3.06.01	Receitas Financeiras	9	3
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-189	-19
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	64	0
3.08.02	Diferido	64	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-125	-19
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-125	-19
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,25000	-0,19000
3.99.01.02	PN	-1,37480	-0,20900

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-125	19
4.03	Resultado Abrangente do Período	-125	19

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-351	-49
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-24	22
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-125	-19
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	146	41
6.01.01.03	Perda Bx. Imobilizado	5	0
6.01.01.04	Despesas Financeiras	14	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-64	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-327	-71
6.01.02.01	Clientes	-57	-52
6.01.02.03	Outros Créditos	-4	1
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-134	-8
6.01.02.07	Impostos a Recuperar	-40	-8
6.01.02.08	Partes Relacionadas	-17	0
6.01.02.10	Fornecedores	10	1
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher	15	-2
6.01.02.13	Outras Obrigações	28	-3
6.01.02.14	Imposto de renda e Contribuição social pagos	-128	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36	-26
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-36	-26
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.342	0
6.03.01	Dividendos Pagos	-1.236	0
6.03.02	Pagamento do Passivo de arrendamento	-106	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.729	-75
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.016	293
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	287	218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200	0	1.005	0	0	2.205
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200	0	1.005	0	0	2.205
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-940	0	0	-940
5.04.06	Dividendos	0	0	-940	0	0	-940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-125	0	-125
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-125	0	-125
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-125	0	-125
5.07	Saldos Finais	1.200	0	65	-125	0	1.140

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.200	0	42	0	0	1.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.200	0	42	0	0	1.242
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19	0	-19
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-19	0	-19
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-19	0	-19
5.07	Saldos Finais	1.200	0	42	-19	0	1.223

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	608	347
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	606	0
7.01.02	Outras Receitas	2	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-383	-265
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-232	-4
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-151	-261
7.03	Valor Adicionado Bruto	225	82
7.04	Retenções	-146	-41
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-146	-41
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	79	41
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9	3
7.06.02	Receitas Financeiras	9	3
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	88	44
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	88	44
7.08.01	Pessoal	189	11
7.08.01.01	Remuneração Direta	189	9
7.08.01.02	Benefícios	0	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8	52
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16	0
7.08.03.03	Outras	16	0
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	16	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-125	-19
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-125	-19

Comentário do Desempenho

São Paulo, 06 de maio de 2019.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA** ("Companhia"), relativas ao período findo em 31 de março de 2019, bem como o Relatório de Revisão Especial do Auditor Independente sobre as informações contábeis intermediárias.

1. Contexto Organizacional

A Companhia foi constituída em 24 de maio de 2016, com capital social de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que foi totalmente subscrito e integralizado. Em 22 de agosto foram emitidas 11 (onze) ações preferenciais ao preço de emissão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ação preferencial, tendo o capital social da Companhia aumentado para R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sendo que as ações preferenciais foram totalmente subscritas e integralizadas. . Em 5 de outubro de 2018, a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., comprou a totalidade de ações preferenciais detidas pelo CVCIB Holdings (Delaware), LLC. O atual capital social é dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias e 11 (onze) ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, todas nominativas, dividas entre os acionistas da seguinte forma:

Acionista	ON	%	PN	%
Martha de Sá Pessôa	1	0,001%	-	-
Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello	1	0,001%	-	-
VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda	99.998	99,998%	11	100%
TOTAL	100.000	100%	11	100%

+55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal
Arcoverde, 2365
7º andar | Pinheiros
São Paulo | SP
05407 003

Comentário do Desempenho



A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2019, reelegeu os membros do Conselho de Administração: Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello (Diretora Presidente) e Paulo Piratiny Abbot Caldeira (Membro Conselheiro). Consta também, que em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2019, a Companhia elegeu a Sra. Martha de Sá Pessoa para a Composição do Conselho de Administração, que substituiu a Sra. Adriana Maria Mammocci, que renunciou ao cargo de Conselheira do Conselho de Administração. No que diz respeito a Diretoria, a Companhia, em Reunião do Conselho de Administração de 01 de abril de 2019, elegeu a Sra. Victoria de Sá para o cargo de Diretora de Relações com os Investidores (DRI), que substituiu a Sra. Martha de Sá Pessoa que renunciou ao cargo citado. Em mesma ata elegeu-se Sr. Fábio Bonatto Scaquetti para o cargo de Diretor sem Designação Específica. O mandato do conselho de administração e da diretoria findará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2020.

As atividades da Companhia são gerenciadas pela Diretoria, composta atualmente por 03 (três) membros. A Diretoria é responsável pela aprovação das emissões de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio, cujos termos e condições de cada emissão são aprovadas individualmente conforme constam nas atas de reuniões de diretoria.

2. Situação sobre as condições econômicas da Companhia

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Companhia apurou prejuízo líquido no valor total de R\$ 124.649,75 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos), causado pelo aumento dos custos e despesas operacionais tendo em vista o maior número de emissões administradas mensalmente.

2.1. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

Tendo em vista o prejuízo apurado no trimestre findo em 31 de março em 2019, a Companhia não constituiu reserva legal e também não distribuiu dividendos intermediários.

+55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal

Arcoverde, 2365

7º andar | Pinheiros

São Paulo | SP

05407 003

Comentário do Desempenho



A administração da Companhia entende que deve apurar lucro no exercício de 2019 e que fará a distribuição de dividendos conforme previsto em seu Estatuto Social.

2.2. Emissão de dívida

Não foram emitidas nem adquiridas quaisquer debêntures e/ou quaisquer outros títulos de dívida pela Companhia.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

4. Projetos desenvolvidos

A Companhia realizou quatro emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e uma emissão de certificados de recebíveis imobiliários que somam um total de R\$ 1.516.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e dezesseis milhões de reais) emitidos. Todas as emissões foram ofertas públicas com a constituição e regime fiduciário

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia não contratou o auditor independente, ou por parte a ele relacionada, para a prestação de qualquer serviço que não seja o serviço de auditoria externa, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

6. Considerações finais e perspectivas

Durante o primeiro trimestre de 2019, a Companhia cumpriu com a estimativa de novas emissões, ampliando os ativos sob sua gestão, o que permitiu a Companhia ter um aumento em suas receitas, tanto esporádicas, cobradas a cada emissão, quanto recorrentes, cobradas periodicamente. A Companhia vem continuamente investindo na automatização dos procedimentos relacionados à administração de suas operações, o que espera permitir um ganho de volume e redução de custos, trazendo maior eficiência à Companhia.

+55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal

Arcoverde, 2365

7º andar | Pinheiros

São Paulo | SP

05407 003

Comentário do Desempenho



Do ponto de vista de recursos humanos, a Companhia manteve os programas de treinamento alinhados às atividades e demandas da Companhia.

Para o ano de 2019, a Companhia pretende continuar realizando emissões de certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários no mercado de capitais, de forma a ganhar volume e conseguir aumentar sua receita recorrente e esporádica.

+55 (11) 3385 1800

Rua Cardeal

Arcoverde, 2365

7º andar | Pinheiros

São Paulo | SP

05407 003

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Vert Companhia Securitizadora (“Companhia”) é uma Companhia registrada como companhia aberta na categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 02399-0, com o registro concedido em 25 de agosto de 2016, e cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio: **(i)** a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; **(ii)** a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iii)** a emissão e a colocação, no mercado financeiro, de capitais e de forma privada, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; **(iv)** a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”), Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRIs”) ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando à digitação de títulos em sistema do mercado do balcão; e Administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; **(v)** a realização de operações em mercados de derivativos com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos.

Notas Explicativas

2. Bases de preparação das informações contábeis intermediárias

2.1. Bases de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem as informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis intermediárias são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional

As informações contábeis intermediárias são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações contábeis intermediárias são as seguintes:

3.1. Apuração do resultado

Os custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de informática	05 anos ou 60 meses
Móveis, utensílios e central telefônica	10 anos ou 120 meses
Instalações	10 anos ou 120 meses
Contrato de arrendamento	18 meses (**)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	Até 03 anos ou 36 meses (*)

(*) A vida útil remanescente das benfeitorias em imóveis de terceiros é determinada de forma a depreciar os gastos incorridos em tais benfeitorias com base nas respectivas vidas úteis dos ativos adquiridos ou o prazo remanescente do contrato de aluguel, entre os dois o menor.

(**) Na data de adoção inicial do CPC 06 (R2), conforme detalhado no item 3.11.1 adiante, o prazo remanescente do contrato de aluguel é de 18 meses. Desta forma, o saldo do direito de uso do contrato de arrendamento em 31 de março de 2019 será depreciado ao longo de 15 meses, ou seja, até a data de término do contrato de arrendamento em 30 de junho de 2020.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração avalia a cada encerramento de exercício social se há indicação de que um ativo pode ser não recuperável, ou seja, quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável, e se aplicável o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

3.4. Intangível

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela Companhia e definidas pelo prazo de vida estabelecido em 05 anos ou 60 meses.

3.5. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.6. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui ativos ou passivos contingentes, que levassem a Companhia à necessidade da constituição de qualquer provisão.

3.7. Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia é composta pelo *fee* de estruturação das emissões dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio, deságios e dos serviços prestados referente à gestão dos recebíveis imobiliários e do agronegócio.

As receitas são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 – Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida, onde:

- A receita de *fee* de estruturação é reconhecida quando a prestação de serviços de estruturação das emissões é finalizada e a operação efetivada;
- A receita com deságio é reconhecida quando as emissões são finalizadas e a operação efetivada; e
- A Receita com gestão dos recebíveis é reconhecida mensalmente conforme a prestação de serviços é realizada.

3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.8. Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício ou período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício ou período.

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – demonstração do valor adicionado.

3.10. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.11. Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis:

3.11.1. Novas normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019

- **IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil:** Estabeleceu novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão 02 do CPC 06.

Notas Explicativas

A adoção do CPC 06 (R2) impactou o contrato de aluguel do escritório da matriz, situado em São Paulo - SP. O contrato possui vigência de 3 anos, desta forma, os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2019 são:

- (i) reconhecimento do ativo de direito de uso no ativo não circulante; e
- (ii) reconhecimento passivo de arrendamento segregado entre circulante e não circulante. Não houve impactos relevantes no resultado da Companhia.

Conforme facultado pelo CPC 06 (R2), a Companhia optou por aplicar o pronunciamento retrospectivamente, com efeito cumulativo de inicialmente utilizar o pronunciamento reconhecido na data de aplicação inicial.

Desta forma, o arrendatário não deve reapresentar as informações comparativas. Em vez disso, o arrendatário deve reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

Portanto, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), com base no seu valor contábil como se o pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início, mas descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário na data da aplicação inicial. Demonstramos abaixo o efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) na data de 1º de janeiro de 2019, com base nos critérios mencionados anteriormente:

	Saldo original em 01/01/2019	Ajustes de adoção CPC 06 (R2)	Saldo ajustado em 01/01/2019
Ativo circulante			
Total do ativo circulante	2.073	-	2.073
Ativo não circulante			
Imobilizado	521	556	1.077
Intangível	53	-	53
Total do ativo não circulante	574	556	1.130
Total do ativo	2.647	556	3.203
Passivo circulante			
Passivo de arrendamento	-	425	425
Outros passivos circulantes	442	-	442
Total do passivo circulante	442	425	867
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	-	131	131
Total do passivo não circulante	-	131	131
Patrimônio líquido			
Total do patrimônio líquido	2.205	-	2.205
Total do passivo e patrimônio líquido	2.647	556	3.203

Notas Explicativas

3.11.2. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas informações contábeis intermediárias, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 9	Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa
Alterações à IAS 28	Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017	Alterações à IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IAS 12 – Impostos sobre a renda e IAS 23 – Custos de Empréstimos
Alterações ao IAS 19 – Plano de Benefícios Definidos	Alteração, Redução ou Liquidação de Plano
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
IFRIC 23	Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros.

Instrução CVM nº 600 – Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários

Essa instrução, dentre outras disposições, visou regulamentar e padronizar a divulgação das demonstrações contábeis relacionadas a securitização de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários, cuja vigência iniciou-se 90 dias a partir da publicação da instrução, que ocorreu em 1º de agosto de 2018.

Em decorrência dessa nova instrução, a Companhia deixou de apresentar já nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 dezembro de 2018 a informação suplementar das demonstrações contábeis fiduciárias, que vinham sendo apresentadas nas notas explicativas até 30 de setembro de 2018, uma vez que as demonstrações de cada patrimônio separado da securitizadora serão, com o advento do novo normativo da CVM, feitas de forma individualizada em documento apartado destas notas explicativas.

As demonstrações individuais de cada patrimônio separado da securitizadora serão disponibilizadas ao público na página da Companhia disponível na rede mundial de computadores (<http://www.vert-capital.com>) e entregues à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, o que não deve ultrapassar 03 meses (90 dias) do encerramento do exercício social de cada patrimônio separado, acompanhadas de relatório do auditor independente.

Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 600, a data do encerramento do exercício de cada patrimônio separado, para fins de elaboração das demonstrações individuais, deve ser 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro ou 31 de dezembro de cada ano, dessa forma, a

Notas Explicativas

Companhia determinou as seguintes datas de encerramento do exercício de cada patrimônio separado da securitizadora:

Série CRA/CRI	Data de encerramento do exercício
2a Emissão/ 1a série CRA – SCHF	31/mar
5a Emissão/ 1a série CRA - SMT DI	31/mar
5a Emissão/ 2a série CRA - SMT IPCA	31/mar
4a Emissão/ 1a série CRA – Guarani	31/mar
1a Emissão/ 1a série CRI – CMFR	31/mar
11a Emissão/ 1a série CRA – ECTP	30/jun
11a Emissão/ 2a série CRA – ECTP	30/jun
2a Emissão/ 1a série CRI – RIBEIRA	30/jun
14a Emissão/ 1a série CRA - Ipiranga DI	30/jun
14a Emissão/ 2a série CRA - Ipiranga IPCA	30/jun
13a Emissão/ 1a série CRA – Agroterenas	30/set
13a Emissão/ 2a série CRA – Agroterenas	30/set
15a Emissão/ 1a série CRA - SMT II DI	30/set
15a Emissão/ 2a série CRA - SMT II IPCA	30/set
16a Emissão/ 1a série CRA – SPBC	30/set
12a Emissão/ 1a série CRA - SYNT	31/dez
12a Emissão/ 2a série CRA – SYNT	31/dez
12a Emissão/ 3a série CRA – SYNT	31/dez
18ª Emissão/ 1ª Série CRA – Tereos	30/jun
18ª Emissão/ 2ª Série CRA – Tereos	30/jun
19ª Emissão/ 1ª Série CRA- Copagril	31/mar
20ª Emissão/ 1ª Série CRA – Ipiranga II	31/dez
20ª Emissão/ 2ª Série CRA – Ipiranga II	31/dez
3ª Emissão/ 1ª Série CRI – Embraed	30/jun
5ª Emissão/ 1ª Série CRI – Creditas	30/set
5ª Emissão/ 2ª Série CRI – Creditas	30/set
22ª Emissão/ 1ª Série CRA - Tereos	30/jun
6ª Emissão/ 1ª Série CRI – Bresco	30/jun
22ª Emissão/1ª Série CRA – Tereos III	30/set
27ª Emissão/1ª Série CRA – Itamarati	30/set
21ª Emissão/1ª Série CRA – VAMOS	30/jun
4ª Emissão/1ª Série CRI – Drogasil	30/jun
24ª Emissão/1ª Série CRA – SMT O III	30/set
28ª Emissão/ 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Séries CRA – ROTAM	31/dez

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2019, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/03/2019	31/12/2018
Bancos - conta corrente	9	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	278	2.006
	287	2.016

- (i) O montante é composto por: (a) aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de 92% do CDI.

Notas Explicativas

5. Impostos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda retidos na fonte sobre resgates de aplicações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

	31/03/2019	31/12/2018
IRRF sobre aplicação financeira	2	-
IRRF sobre faturamento	6	-
CSLL sobre faturamento	3	-
CSLL estimativa	8	-
IRPJ estimativa	21	-
Saldo negativo - IRPJ	10	10
Saldo negativo - CSLL	3	3
Outros impostos a compensar	8	8
	61	21

6. Sócios, administradores e pessoas ligadas

Os saldos a receber com sócios, administradores e pessoas ligadas referem-se a despesas de sócios e outras empresas do mesmo grupo econômico, que foram pagas pela Companhia e serão posteriormente reembolsadas.

	31/03/2019	31/12/2018
Vert Créditos Ltda. (ativo)	3	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (ativo)	7	1
Vert Gestora Recursos Financeiros Ltda. (ativo)	5	-
Vert Créditos Ltda. (ativo)	3	-
	18	1

7. Outras contas a receber

Em 31 de março de 2019, o saldo de outras contas a receber está relacionado a gastos reembolsáveis pelo pagamento de despesas dos patrimônios separados no montante de R\$ 166 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2018).

8. Imobilizado

	% - Taxa anual de depreciação	31/03/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	153	(22)	131	107
Máquinas e equipamentos	10%	13	(3)	10	9
Equipamentos de informática	20%	260	(79)	181	151
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	210	(117)	93	128
Instalações	10%	144	(20)	124	126
Contrato de arrendamento (**)	(**)	556	(93)	463	
		1.336	(334)	1.002	521

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado para o período está demonstrada a seguir:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2019
Móveis e utensílios	10%	107	27		(3)	131
Máquinas e equipamentos	10%	9	2		(1)	10
Equipamentos de informática	20%	151	42		(12)	181
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	128	-	(5)	(30)	93
Instalações	10%	126	-	-	(2)	124
Contrato de arrendamento	(**)	-	556		(93)	463
		521	627	(5)	(141)	1.002

(*) A taxa anual de depreciação das benfeitorias conforme descrito na nota explicativa 3.3

(**) Conforme descrito na nota explicativa 3.11.1, a Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 (R2) na data de 1º de janeiro de 2019. O valor correspondente ao direito de uso do imóvel locado, com contrapartida registrada como Passivo de arrendamento. O contrato de aluguel possui vigência até 30 de junho de 2020, desta forma, o saldo em 31 de março de 2019 será depreciado no prazo de 15 meses. Tendo em vista o crescimento da Companhia, a Administração entende não ser possível afirmar que a renovação deste contrato de locação deverá ocorrer na data de encerramento.

9. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	31/03/2019			31/12/2018
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Licenças de uso de software	20%	94	(46)	48	53
		94	(46)	48	53

A movimentação do intangível para o período está demonstrada a seguir:

	% - Taxa anual de amortização	31/12/2018	Adições	Amortização	31/03/2019
Licenças de uso de software	20%	53	-	(5)	48
		53	-	(5)	48

10. Fornecedores

Em 31 de março de 2019, o saldo refere-se basicamente a montantes a pagar para prestadores de serviços e outras contas a pagar no montante de R\$ 57 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2018), detalhado conforme abaixo:

	31/03/2019	31/12/2018
Compra de imobilizado a prazo	35	11
Prestadores de serviços profissionais	15	1
Outros fornecedores	7	-

Notas Explicativas

57

12

11. Passivo de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, a Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 (R2), vigente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. Em 31 de março de 2019, o saldo do passivo de arrendamento é conforme segue:

Modalidade	Vencimento	Encargos a.a. (%)	31/03/2019		Total
			Circulante	Não circulante	
Contrato de aluguel	junho/2020	11,49%	398	66	464
			398	66	464

Taxa de juros incremental do contrato de aluguel: a Companhia considerou a taxa de juros necessária para adquirir um ativo com característica e valor similares ao do imóvel alugado, através de simulações de taxas de juros junto a agentes financeiros. Após as análises da Administração, a taxa real de desconto foi determinada em 11,49% a.a. e corresponde à taxa de financiamento imobiliário da data de adoção inicial do CPC 06 (R2).

A movimentação do passivo de arrendamento para o período está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 01/01/2019 (adoção inicial)	Amortizações	31/03/2019	
			Juros provisionados	Saldo em 31/03/2019
Contrato de aluguel	556	(106)	14	464
	556	(106)	14	464

O cronograma de amortização está demonstrado abaixo, por ano de vencimento:

	2019	2020	TOTAL
Contrato de aluguel	291	172	464
	291	172	464

12. Impostos a recolher

	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ a recolher	-	73
CSLL a recolher	-	26
Outros	20	34
	20	133

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social da Companhia, emitido em 24 de maio de 2016, era de R\$ 100, representando 100.000 ações ordinárias, dos quais R\$ 10 foram integralizados na fase pré-operacional e R\$ 90 foram integralizados em 29 de setembro de 2017. Em 22 de agosto de 2016, foram emitidas 11 ações preferenciais ao preço de emissão de R\$ 100 cada, tendo o capital social da Companhia aumentado para R\$ 1.200 totalmente subscrito e integralizado. Em 05 de

Notas Explicativas

outubro de 2018 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações entre CVCIB Holdings (Delaware) LLC, companhia estrangeira com sede em 2711 Centerville Road, Suite 400, na Cidade de Wilmington, 19808, no condado de New Castle, Estado de Delaware, Estados Unidos da América ("Vendedora") e VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º andar, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05407-003, inscrita no CNPJ/MF ("Compradora"), por meio do qual a Compradora adquiriu da Vendedora a totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, quais sejam, 11 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 1.100.000,00). Desta forma, em 31 de março de 2019, o capital social está dividido em 100.000 ações ordinárias e 11 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%	PN	%
Martha de Sá Pessoa	1	0,001%	-	-
Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello	1	0,001%	-	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda.	99.998	99,998%	11	100,00%
Total	100.000	100,000%	11	100,00%

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto e possuem as seguintes características:

(i) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (ii) são conversíveis em ações ordinárias, sendo que a conversibilidade deverá observar a proporção de 100.000 ações ordinárias para cada ação preferencial.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados (b) 5% para a constituição de reserva legal; (c) 25% do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, será transferido para a reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral e terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

13.2 Dividendos distribuídos

Durante o 1º trimestre de 2019, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos relativos ao lucro apurado no exercício de 2018 e em exercícios anteriores, conforme aprovado pela diretoria em 31 de janeiro de 2019 e ratificado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019. Demonstramos abaixo a abertura dos dividendos distribuídos no trimestre:

	Ano base	Valor distribuído
Dividendo mínimo obrigatório – provisionado em 31/12/2018	2018	296
Dividendo adicional ao mínimo obrigatório	2018	888
Dividendo relativo ao lucro de exercícios anteriores	2017	52
Total distribuído		1.236

14. Receita operacional líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Serviços prestados	606	347
PIS, COFINS e ISS	(58)	(33)

Notas Explicativas

	548	314
--	------------	------------

A receita da Companhia é oriunda de honorários de emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

Em 31 de março de 2019, a Companhia é responsável pela administração de 34 emissões.

15. Custo dos serviços prestados

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Taxas CVM	(10)	(4)
Serviços profissionais utilizados nas operações	(222)	-
	(232)	(4)

16. (Despesas) receitas operacionais por natureza

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Pessoal e encargos sociais	(189)	(11)
Anúncios e publicações	(41)	(50)
Publicidade e propaganda	-	(7)
Auditoria	(6)	(6)
Assessoria contábil	(26)	(16)
Honorários advocatícios	(1)	-
Impostos e taxas diversas	(13)	(19)
Depreciação e amortização	(146)	(41)
Locação de equipamento	(7)	(4)
Manutenção de equipamentos	(5)	(2)
Cartórios	-	(4)
Manutenção de escritório	(52)	(139)
Material escritório/consumo	(16)	(12)
Refeições e lanches	(1)	-
Despesa com software	(3)	-
Manutenção do imobilizado	(1)	-
Associação de Classe	(18)	-
Consultoria em Market	(1)	-
Serviços prestados por terceiros	(6)	(14)
Receita de rateio de despesas administrativas	63	-
Outras gerais e administrativas	(31)	(6)
Outras receitas	2	-
	(498)	(331)

Classificadas como		
Gerais e administrativas	(341)	(271)
Despesas tributárias	(13)	(19)
Depreciação e amortização	(146)	(41)
Outras receitas	2	-
	(498)	(331)

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações financeiras e reduzidos das despesas financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	01/01/2019- 31/03/2019	01/01/2018- 31/03/2018
Receitas de aplicações financeiras	9	3
Juros incorridos sobre o passivo de arrendamento	(14)	-
Despesas financeiras diversas	(2)	(1)
	(7)	2

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL – corrente e diferido

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	01/01/2019 a 31/13/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Prejuízo antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	(189)	(19)
Despesas de depreciação do contrato de arrendamento	93	-
Despesas financeiras	14	-
(-) Exclusão aluguel	(106)	-
Prejuízo fiscal do período	(188)	(19)
IRPJ e CSLL correntes à alíquota vigente – 34%	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	64	-

A Companhia espera utilizar o imposto diferido ainda no ano de 2019.

19. Resultado por ação

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Resultado do período atribuível aos acionistas	(125)	(19)
Quantidade média ponderada de ações preferencias utilizada na apuração do lucro	11	11
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	100.000	100.000
Resultado por ação atribuível aos acionistas ordinários	(1,2500)	(0,1900)
Resultado por ação atribuível aos acionistas preferenciais	(1,3748)	(0,2090)

20. Transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia possui saldos ativos e passivos e transações com partes relacionadas, relativos substancialmente ao rateio de despesas comuns entre as empresas, conforme demonstrado a seguir

Saldos ativos e (passivos)	31/03/2019	31/12/2018
Vert Créditos Ltda. (Nota nº 6)	3	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (Nota nº 6)	7	1
Vert Gestora Recursos Financeiros Ltda. (Nota nº 6)	5	-
Vert Créditos Ltda. (Nota nº 6)	3	-
Total	18	1

Notas Explicativas

Transações – receitas e (despesas)	31/03/2019	31/12/2018
Vert Créditos Ltda.	3	-
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (*)	(357)	-
Vert Gestora Recursos Financeiros Ltda.	5	-
Vert Créditos Ltda.	3	-
Total	(346)	-

(*) Do montante líquido total de R\$357 de despesas com a empresa Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda., R\$222 estão registrados na rubrica “Serviços profissionais utilizados nas operações”, R\$186 registrados na rubrica “Pessoal e encargos sociais” e a receita de (R\$52) registrada como “Receita de rateio de despesas administrativas”.

A Companhia incorreu no trimestre findo em 31 de março de 2019, despesas com *pró-labore* de sócios e encargos sociais no montante de R\$ 11.

A remuneração que contempla a diretoria executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018, englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

21. Transações que não afetam o caixa

As seguintes transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 não afetaram o caixa:

	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Contabilização inicial CPC 06 (R2) (Nota 3.11.1)	556	-
Compra de imobilizado a prazo (Nota 10)	35	-
	591	-

22. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

23. Aprovação das informações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 06 de maio de 2019.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há outras informações que a Companhia entenda relevantes que não tenham sido fornecidas nos itens anteriores.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Vert Companhia Securitizadora

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Vert Companhia Securitizadora (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também, as informações intermediárias da demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar para os demais tipos de sociedades, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2019

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello

Diretora Presidente

Victoria de Sá

Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as manifestações expressas no parecer dos auditores independentes.

Fernanda Oliveira Ribeiro Prado de Mello

Diretora Presidente

Victoria de Sá

Diretora de Relações com Investidores